

# INFORMATIVO APUR

Nº 75 - Cruz das Almas (BA) - 23 de fevereiro de 2024 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

## RETROSPECTIVA 2023



imagem 1



imagem 2



imagem 3



imagem 4



imagem 5



imagem 6



imagem 7



imagem 8



imagem 9

# Ano novo, lutas novas!

2023 foi um ano de lutas, união e conquistas para a APUR. Foi marcado, também, pela nossa reaproximação física após um período de crise sanitária global.

É importante lembrar que este período foi iniciado com a derrota do governo Bolsonaro, que sempre agiu contra o serviço público de qualidade, a educação e o bem-estar da população brasileira.

Iniciamos 2023 com esperanças redobradas em recuperar o orçamento da UFRB, recompor os nossos salários corroídos pela inflação dos últimos anos e implementar a nossa pauta de lutas interna e externa.

E assim fizemos. Se não conseguimos 100% de vitórias nas nossas lutas, logramos êxito na construção e discussão democrática das pautas, bem como a constituição de um senso de coletividade para atingirmos nossos objetivos.

Acima, separamos imagens que sintetizam algumas das ações da APUR em 2023, como a participação em congressos do ANDES-Sindicato Nacional; a eleição da Diretoria Executiva da APUR; a entrega das demandas docentes da UFRB ao ministro da Educação, Camilo Santana; as homenagens às lutas do movimento negro e das mulheres, dentre outros.

## APUR discute demandas docentes junto a reitoria da UFRB



A diretoria da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) se reuniu com a reitoria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para discutir as pautas da categoria docente. O encontro ocorreu no dia 20 de dezembro de 2023, em Cruz das Almas, e marcou a primeira rodada da mesa de negociação com a atual gestão universitária. Uma segunda rodada será agendada nos próximos dias.

De início, a diretoria da APUR demonstrou insatisfação com a demora em ser recebida pela reitoria. O encontro só foi atendido após o envio de ofício, descumprindo a promessa de campanha dos atuais gestores que tinham se comprometido em atender a APUR nos primeiros 60 dias do mandato.

Em seguida, discutimos a parte inicial das pautas docentes, que foi construída nas reuniões sindicais do mês de abril de 2023 e aprovada na assembleia geral.

Os pontos abordados foram: retomada da mesa de negoci-

ção com a diretoria da APUR; reconhecimento da APUR enquanto única representante legítima da categoria docente da UFRB; elaboração de uma Estatuinte pela comunidade universitária; mudança do espaço que se encontra a sede da APUR; criação de normativas que orientem as áreas de conhecimento acerca da análise dos PIT/RIT; implementação da resolução que trata de assédio moral e sexual na universidade; garantia do pagamento de insalubridade e adicional noturno para todos/as docentes que têm direito; garantia de condições isonômicas no funcionamento e nas condições de trabalho dos/as coordenadores/as em toda UFRB, com implementação imediata das FCCs dos cursos já em funcionamento sem as respectivas gratificações.

Por fim, a reitoria da UFRB se comprometeu em responder os pedidos da APUR e agendar nova reunião no início do semestre.

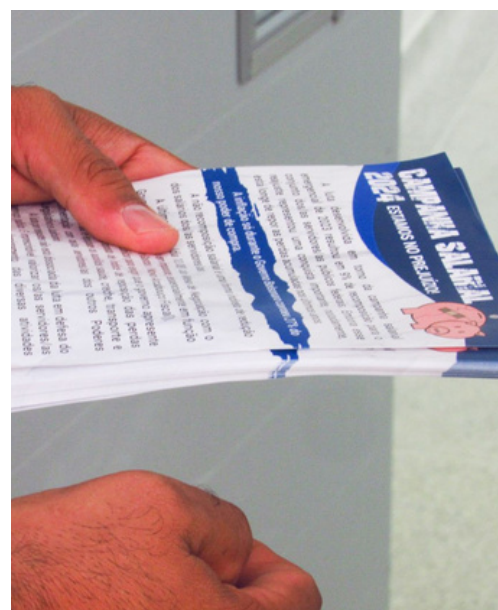


# Entenda quais são as expectativas das entidades sindicais para a Campanha Salarial 2024

No último dia 18 de dezembro, o governo federal divulgou às entidades sindicais que não concederá reajuste salarial para os servidores federais em 2024. A decisão, que sofre com críticas, prevê apenas dois acréscimos de 4,5% em 2025 e 2026. Ainda conforme o governo, para este ano de 2024, haverá reajustamento dos auxílios saúde e creche. Embora apresente “penduricalhos”, o posicionamento dos sindicatos é a de que as negociações fracassaram mais uma vez.

De acordo com o ANDES - Sindicato Nacional, a proposta do governo federal é “desrespeitosa” e cria uma distinção entre servidores ativos (que serão beneficiados com os reajustes nos auxílios) e aposentados.

Já a APUR explica que, embora o aumento dos auxílios possa ser visto como um avanço, a proposta de reajuste salarial ainda não cobre as perdas inflacionárias que os servidores vêm enfrentando.



**Disponível em :**

**[mobilização.campanha.salarial2024](https://mobilizacao.campanha.salarial2024)**

## Expectativas para 2024

A expectativa é a de que o governo federal mantenha diálogo aberto com as entidades sindicais neste ano. Com isso, poderemos pressionar o Executivo e negociar os direitos essenciais para o desenvolvimento do pleno serviço público.

Segundo o presidente da APUR, Arlen Beltrão, a união da categoria docente pode garantir um reajuste salarial ainda este ano.

“Lamentavelmente, o governo se negou a nos apresentar o reajuste em 2024. A Lei Orçamentária para este ano foi aprovada sem a previsão de acréscimo salarial para os servidores públicos federais. A exceção é se houver uma elevação extraordinária das receitas. Neste caso, é possível um reajuste. Por isso, é importante que iniciemos o ano de 2024 mobilizados, para pressionar o governo a direcionar a possível arrecadação extraordinária ao nosso reajuste e darmos continuidade a campanha salarial pensando o orçamento de 2025”, explicou.

## Entidades sindicais precisam manter-se unidas contra o Novo Ensino Médio e a Reforma Administrativa

O ano de 2024 reserva um calendário político intenso às seções sindicais. A expectativa é de que sejam revogados, arquivados, aprovados ou modificados o Novo Ensino Médio e o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) – 32, a Reforma Administrativa.

As reformas do Ensino Médio e a Administrativa são resquícios dos governos Temer e Bolsonaro. O entendimento das entidades sindicais, em suma, é a de que ambos representam, respectivamente, um retrocesso na educação pública e do serviço público de qualidade.

Devido à intensa pressão dos movimentos sociais que pedem a revogação total do Novo Ensino Médio, as discussões sobre os malefícios desta lei vêm sendo pautadas no Congresso Nacional. Em 2023, o governo federal enviou à Câmara de Deputados um Projeto de Lei (PL) que altera o formato do Ensino Médio após a realização de uma consulta pública. Com isso, as discussões se estenderam e devem ser retomadas este ano.

Já a Reforma Administrativa deverá ser apreciada pelo plenário nos próximos meses. O projeto substitutivo, de autoria do deputado federal Arthur Maia (UB-BA), pretende reduzir direitos dos servidores, como a estabilidade, gratificações, férias, remunerações, dentre outros.

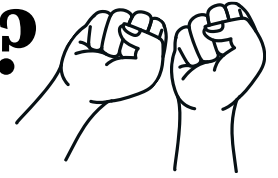
O Novo Ensino Médio e a Reforma Administrativa só serão barrados se os movimentos sociais permanecerem unidos contra este projeto de desmonte do Estado. A APUR soma forças ao ANDES-SN, e às outras entidades sindicais, a fim de lutarmos pela revogação completa do Novo Ensino Médio e do arquivamento definitivo da PEC-32.

Confira mais informações sobre o Novo Ensino Médio e a Reforma Administrativa (PEC-32) no site [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br).



# O que esperar em 2024?

## O melhor é não esperar, vamos à luta!



Tudo indica que 2024 será um ano desafiador para os servidores públicos federais (SPF), particularmente a categoria docente. As forças conservadoras e a extrema direita ocuparam um número ainda maior de cadeiras no congresso nacional na última eleição. Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que é uma expressão dessas forças políticas, vem sendo o principal representante desse agrupamento normalmente denominado de Centrão.

O “apoio” concedido por Lira e seus consortes ao Governo Lula dá-se sob um alto valor. Recorrendo à estratégia da chantagem, vendem seus votos ao preço que acham conveniente a cada matéria apreciada. Lira também escolhe qual proposta é ou não conveniente, além de defender iniciativas potencialmente prejudiciais ao povo brasileiro, como a PEC-32 (Reforma Administrativa).

É preciso reconhecer que o governo Lula adotou medidas importantes no início de seu governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o aumento real do salário-mínimo e da faixa de isenção do Imposto de Renda, o aumento do Bolsa Família, das bolsas estudantis, da merenda escolar, reativou programas sociais, etc. Entretanto, as reformas de cunho popular não foram pautadas nem anunciadas pelo governo.

Nessa esteira, contraditoriamente, o governo Lula mantém uma política fiscal que estrangula o orçamento público e limita os gastos nas áreas sociais e nos serviços públicos. A Lei Orçamentária aprovada para 2024, já condicionada pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF), frustra as expectativas do povo trabalhador, especialmente da comunidade universitária. Os valores destinados às universidades federais em 2024 serão, aproximadamente, R\$ 310 milhões a menos que o já insuficiente orçamento de 2023.

Segundo a Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), é necessário, no mínimo, um acréscimo de R\$ 2,5 bilhões no orçamento das universidades federais para um bom funcionamento. Não havendo, o pagamento de despesas básicas como água, luz e contratos de terceirizados estará prejudicado.

Para piorar, considerando as imposições do NAF e a meta de déficit zero definida pelo governo federal, é provável que ocorram bloqueios e contingenciamentos nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Em relação à nossa campanha salarial, o governo propôs reajuste salarial apenas em 2025 (4,5%) e 2026 (4,5%), que na prática congela nosso salário em 2024 e está longe de repor os valores corroídos pela inflação nos últimos anos. É inadmissível que os servidores públicos fiquem mais um ano sem atualização salarial e as universidades públicas continuem asfixiadas.

A batalha da campanha salarial dos docentes deve estar associada à luta pelo financiamento adequado das IFES, pois na prática corresponde à luta por melhores condições de trabalho. Esse aspecto é vital, visto que as sedes próprias do CETENS e do CECULT, os laboratórios, os gabinetes docentes, os auditórios, as residências para os estudantes, os restaurantes e os demais equipamentos que a UFRB carece só serão possíveis com um plano de investimento presente no orçamento federal.

Notadamente, a correlação de forças no âmbito do Congresso Nacional não é nada favorável. Por outro lado, as perdas salariais dos servidores públicos federais são significativas, o funcionamento das nossas universidades está sob risco e as necessidades do povo trabalhador brasileiro são urgentes. Diante dessas constatações, qual alternativa temos? A nossa história mostra que nos momentos mais críticos do país os problemas foram resolvidos a partir de movimentos populares. Na minha avaliação, a nossa tarefa consiste na construção de uma forte mobilização em unidade com as demais categorias de servidores públicos capaz de pressionar, de fato, o executivo e os congressistas. Só assim conquistaremos a reposição das nossas perdas salariais, a imediata recomposição e ampliação dos orçamentos das IFES, a revogação do NAF e o arquivamento da PEC 32.

A APUR, mais uma vez, estará com disposição em defender as pautas docente e da educação e à disposição da categoria em todo 2024. Como cantou Geraldo Vandré, talvez o melhor nesse momento não seja esperar, mas fazer acontecer. Então, não espere acontecer, venha conosco!

**Arlen Beltrão (Presidente da APUR)**

# Referência

## Imagens da capa

### **Imagem 1: Atividade realizada pela APUR em celebração ao dia Internacional da Mulher Negra, Latina e Caribenha.**

Prof<sup>a</sup> Ana Lucia Santana (CCAAB/UFRB), Prof<sup>a</sup> Dyane Brito Reis (CAHL-UFRB), Prof<sup>a</sup> Diana Anunciação Santos, Prof<sup>a</sup> Priscilla Leonnor Ferreira (CFP/UFRB) ;

### **Imagem 2: Participação da APUR no 41º Congresso do ANDES-SN em Rio Branco**

David Romão (CFP), Heleni Ávila (CAHL), Renata Gomes (CECULT), Juliano Campos (CETEC);

### **Imagem 3: APUR realiza atividades do 1º de Maio em municípios do Recôncavo**

Prof<sup>o</sup> Givanildo Oliveira (CCS), tesoureiro da APUR, com a diretoria do Sindicato dos Comerciantes da cidade de Santo Antônio de Jesus ;

### **Imagem 4: Participação da APUR no 66º CONAD do ANDES, na Paraíba.**

Jorge Cardoso Filho (CAHL), diretor da APUR, com o professor Aroldo Félix (CETENS) ;

### **Imagem 5: Atual diretoria da APUR ;**

### **Imagem 6: Presidente da APUR cobra fim da lista tríplice e retomada da Estatuinte durante cerimônia de transmissão de cargo de reitor na UFRB.**

Arlen Beltrão (CFP), presidente da APUR, com Antônio Bolfim, diretor da ASSUFBA e o prof<sup>o</sup> Fábio Josué, vice-reitor da UFRB ;

### **Imagem 7: Comemoração dos 15 anos da APUR.**

Silvana Carvalho (CFP), Ana Paula Diório (CETENS), Maíra Lopes (CFP), Orahcio (CFP), Arlen Beltrão (CFP), Terciana Vidal (CCAAB) Talita (CCAAB) ;

### **Imagem 8: APUR entrega carta de reivindicações ao ministro da Educação em Cruz das Almas.**

Leila Longo (CCAAB), vice-presidente da APUR, Arlen Beltrão (CFP), presidente da APUR), Fábio Josué, vice-reitor da UFRB, Georgina Santos, reitora da UFRB, Camilo Santana, Ministro da Educação ;

### **Imagem 9: retomada da mesa de negociação entre a diretoria da APUR e a gestão da UFRB.**

Georgina Santos, reitoria da UFRB, Flávia Sabina, pró-reitora de gestão de pessoas, Emmanuelle Félix (CFP), diretora APUR, Arlen Beltrão (CFP), presidente APUR, Jorge Cardoso Filho (CAHL), diretor APUR .